

Nomes próprios não são primitivos da sintaxe (ou do léxico): uma proposta de como dar nome(s) às estruturas¹

Maurício Resende²

RESUMO

O presente trabalho discute propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas dos nomes próprios no português brasileiro sob a perspectiva formal. Especificamente, este artigo investiga, com detalhe, as diferentes leituras associadas aos antropônimos em português e a forma que elas são restringidas pelos diferentes expedientes sintáticos. Além disso, valendo-se dos pressupostos da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993), este estudo propõe uma forma de derivar as diferentes estruturas dos nomes próprios, com suas diferentes leituras, levando em conta, ainda, propriedades de sua estrutura vocabular interna. Em síntese, este artigo defende que os antropônimos constituem evidência empírica robusta contra a assunção/análise de itens lexicais (cujas propriedades sintáticas e semânticas são definidas antes da sintaxe) e ainda mostram que modelos de morfologia baseados em palavra (em oposição aos baseados em morfema) têm dificuldade para acomodar propriedades bastante naturais dessa classe nominal.

Palavras-chave: *Nomes próprios. Antropônimos. Morfologia Distribuída.*

ABSTRACT

The present work discusses the semantics, syntactic, and morphological properties of proper names in Brazilian Portuguese under a formal perspective. Specifically, this paper examines, in detail, the different readings conveyed by anthroponyms in Portuguese and also how those are constrained by different syntactic environments. Furthermore, assuming Distributed Morphology's framework (HALLE & MARANTZ, 1993), this case study proposes a means for deriving the diverse structures underlying proper names with their distinct readings, taking into account properties from

1 Gostaria de agradecer ao Renato Basso pela leitura prévia deste trabalho e por todos os seus comentários e sugestões. Agradeço também aos dois pareceristas anônimos por todas as observações e apontamentos que ajudaram a levar este artigo à sua versão final – ainda que nem todos puderam ser incorporados. Um agradecimento especial ainda aos participantes do V Colóquio Brasileiro de Morfologia, pela interlocução e pelas questões levantadas; em especial, à Roberta Pires de Oliveira, ao Marcus Lunguinho e à Janayna Carvalho. Todos os erros são meus.

2 Pós-doutorando em Linguística na Universidade de São Paulo (USP).
Contato: mauri_cio_resende@hotmail.com.

their word-internal structure. In short, this paper argues that anthroponyms make a compelling case against the assumption/analysis where lexical items (whose both syntactic and semantic properties are determined before the syntax) and show that lexeme-based approaches to morphology (opposed to morpheme-based approaches) struggle to account for various natural properties observed in proper names.

Keywords: *Proper names. Anthroponyms. Distributed Morphology.*

Descritivamente, nomes próprios são unidades linguísticas que nomeiam pessoas (antropônimos), lugares (topônimos) bem como eventos (tais como *El Niño* e *Furacão Katrina*), dias da semana, meses do ano, empresas, universidades e entidades abstratas. A aparente relação direta entre um nome próprio e a entidade a que este se refere levou à análise dos nomes próprios como DESIGNADORES RÍGIDOS (na acepção kripkiana), isto é, os nomes próprios designam a mesma referência em todos os mundos possíveis. No entanto, tal análise (embora intuitiva à primeira vista) mascara propriedades linguísticas importantes, tanto da perspectiva do significado (semântica e pragmática) quanto da perspectiva da estrutura (morfologia e sintaxe).

No bojo dessas considerações, o presente artigo tem o objetivo de analisar mais a fundo certas propriedades dessa subclasse nominal, centrando-se nos ANTROPÔNIMOS, ainda que as generalizações alcançadas no presente trabalho possam se estender aos demais subgrupos. Mais especificamente, este artigo parte de um problema já bastante discutido na literatura em Semântica,

que versa sobre a interpretação referencial versus predicativa dos nomes próprios, e discute consequências desse fenômeno tanto para a arquitetura da gramática quanto para a caracterização formal dessas expressões.

Como mostrado a seguir, esse fenômeno é de importância fundamental para uma discussão teórica mais geral, que tem a ver com a natureza dos primitivos de análise sintática e morfológica. Assim, se os nomes próprios forem “designadores rígidos”, por exemplo, e se a sua natureza estrutural for atômica, isto é, se, em virtude de suas propriedades semânticas, os nomes próprios forem listados como “itens lexicais antropônimos”, então há evidências para primitivos como “palavras”. Porém, como discutido a seguir, não só há evidências empíricas que corroboram a hipótese de que a gramática *não* opera com palavras (mas com raízes), mas também há fenômenos que não podem ser satisfatoriamente acomodados ou explicados em uma análise que toma itens lexicais (antropônimos ou não) como primitivos.

Adicionalmente ao debate teórico, é verdade que, sob a ótica da empiria (ou seja, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática), os nomes próprios receberam menos atenção da literatura em Linguística. Portanto, além da discussão sobre os primitivos da gramática, o presente artigo aborda alguns problemas empíricos que subjazem à caracterização dos antropônimos e, então, propõe uma análise que atribui o comportamento especial (no caso, referencial) dos nomes próprios (que os difere dos nomes comuns, por exemplo) a diferentes estruturas sintáticas, e não a uma entrada lexical específica.

Para tanto, este artigo está dividido da seguinte maneira: em § 1, são abordados os problemas semânticos subjacentes aos antropônimos, focando em seus tipos de leitura e também em como determiná-los; em § 2, são discutidas algumas propriedades sintáticas dos nomes próprios, abordando consequências empíricas e teóricas para tratamentos não lexicalistas e lexicalistas; em § 3, abordam-se fenômenos morfológicos que endossam o debate entre modelos de morfologia baseados em morfema ou em palavra e, ao final, é apresentada a formalização da análise defendida neste artigo.

Em síntese, este artigo defende que não há argumentos empíricos morfológicos, sintáticos ou semânticos nem mesmo plausibilidade ou parcimônia teóricas para sustentar, à luz dos antropônimos, a existência de entradas lexicais (= palavras) sobre as quais se aplicam regras de formação de palavras, que derivam nomes próprios, ou das quais se derivam as diferentes leituras sintáticas e semânticas dessa subclasse nominal.

1 Problemas semânticos

A visão mais simplista – e talvez a mais *assumida*, pelo menos, em trabalhos de sintaxe e semântica – é a de que nomes próprios (ou especificamente,

antropônimos) são itens lexicais atômicos do tipo de (1) que adentram a sintaxe ocupando o núcleo de um sintagma nominal. Semanticamente, assumindo uma VISÃO REFERENCIAL para os nomes próprios, o item lexical em (1) denota a sua referência, isto é, o indivíduo *João*. A caracterização desses itens como designadores rígidos tem a ver com a análise de que a referência de um nome próprio é constante – independentemente do mundo possível de avaliação. Com essa aceção, os exemplos em (2) ilustram esse tratamento.

- (1) $\| [\text{João}]_N \| = j \in D_{\langle e \rangle}$
 (2) a. João é o irmão de Ana.
 b. Na cerimônia, João deve ficar entre Ana e Carlos.

Como pode ser visto em (2), os antropônimos designam sua referência. Contudo, a análise de que nomes próprios são designadores rígidos é posta em xeque por um conjunto de exemplos bastante comum nas línguas naturais, como os que aparecem em (4) e (5). Esses casos mostram que os antropônimos não são (unicamente) expressões que designam a referência; em vez disso, são PREDICADOS METALINGÜÍSTICOS (SAAB & LO GUERCIO, 2019) que, *grosso modo*, denotam a propriedade de “ser chamado de”. Essa VISÃO PREDICATIVA dos antropônimos aparece formalizada em (3). Evidência adicional para essa análise é o fato de os nomes próprios poderem figurar como complemento de PREDICADOS DE NOMEAÇÃO, que não designam diretamente o indivíduo no mundo, mas referem ao predicado *ter o nome x*, como em (5) – cf. Matushansky (2008) para discussão e análise.

- (3) $\| [\text{João}]_N \| = \lambda x. x \in D_{\langle e, t \rangle}. \text{SER-CHAMADO-DE-JOÃO}(x)$
 (4) a. Todo Pedro é engraçado.
 b. Hoje veio um (tal de) Antônio atrás de você³.
 c. Tem duas Anas na minha turma de Semântica.
 (5) a. Meu nome é João Pedro.
 b. Pode me chamar de Pedro.

A visão predicativa dos antropônimos, formalizada em (3), parece dar conta tanto dos casos em (4) e (5), em que o ambiente sintático (quantificador em (4a), indefinido em (4b), plural em (4c), predicado de nomeação em (5)) claramente sinaliza o uso predicativo, quanto dos exemplos em (2), em que *João* pode ser parafraseado por “o indivíduo que tem o nome João”. Assim, a visão predicativa parece ser empiricamente mais adequada. Entretanto, pondo de lado esses casos, há ainda exemplos em que os antropônimos não

3 Cumprir notar que esse é um caso diferente de *esta noite, vocês estão vendo um Pedro renovado*, em que a leitura do antropônimo é referencial e não predicativa.

parecem se referir nem ao indivíduo nem ao predicado “ser chamado de”, como visto em (6).

- (6) a. Nasce um novo Picasso em Nova Iorque.
b. Lá vai o João da Silva dando uma de João da Silva.

Os exemplos em (6) parecem desafiar as análises por trás de (1) e (3), no sentido de que a interpretação desses exemplos não parece apontar um indivíduo no mundo, tampouco pode ser analisada como uma instância do predicado metalinguístico. Esses casos, que embasam o que eu vou chamar de “VISÃO DESCRITIVA⁴ dos nomes próprios”, parecem ser mais bem acomodados em um tratamento que concebe os antropônimos como um conjunto de propriedades P associado a uma CONSTANTE. Nessa perspectiva, conforme a definição de Cann (1993, p. 173), um nome próprio denota o conjunto dos conjuntos que contém a entidade referida pela constante (ou pelo indivíduo x), ou seja, em vez de designar diretamente uma entidade, o nome próprio designa as propriedades que uma dada entidade tem⁵.

Nessa visão, um nome como “João” denota um conjunto de propriedades que se associa ao indivíduo *João*, tais como *ser o irmão de Maria*, *ter o nome “João”* etc. Assim, nesse sentido, com relação aos exemplos, em (6a), o emprego de “Picasso” não parece fazer referência ao nascimento de um indivíduo que recebeu o nome “Picasso”, inclusive essa sentença pode ser verdadeira mesmo se o *novo Picasso* tiver o nome “Cleiton” – *Cleiton é o novo Picasso*. Do mesmo modo, (6a) não parece estar fazendo referência (mesmo em uma conversa sobre reencarnação) ao indivíduo *Picasso*, o pintor famoso, mas sim a uma propriedade (ou a um certo conjunto de propriedades) que se associa ao indivíduo *Picasso*, como ter talento para pintura.

Sob a mesma perspectiva, em (6b), a primeira ocorrência de *João da Silva* parece fazer a referência ao indivíduo no mundo, diferentemente da segunda, que não se refere a ele, tampouco ao seu nome, mas a um conjunto de propriedades que João da Silva parece ter e, assim, (6b) significa que o indivíduo *João da Silva* está exibindo um comportamento que normalmente se associa a João da Silva (nesse caso, a ele mesmo). Dadas essas considerações, a visão descritiva pode ser formalizada como (7) – seguindo a linha montagueana de SUBLIMAÇÃO INDIVIDUAL, também presente em Abbott (2010).

4 Esse termo remete ao debate clássico na literatura (sobretudo, na Filosofia) entre a VISÃO DESCRITIVISTA e a não descritivista das DESCRIÇÕES DEFINIDAS e dos nomes próprios, embora o tratamento proposto no presente trabalho não corresponda exatamente ao que alguns autores caracterizariam como “conteúdo descritivo” – cf. Abbott (2010) para um panorama detalhado e referências.

5 É justo mencionar que essa análise deve ser capaz lidar com questões ontológicas e metafísicas que não são discutidas neste artigo. Como discuti-las e abordá-las vai além da presente proposta, este estudo se detém apenas no problema semântico (dentro do domínio extensional) – mas cf. Abbott (2010) para um panorama e para discussão.

$$(7) \llbracket [\text{João}]_N \rrbracket = \lambda P. P \in D_{\langle e, t \rangle, t}. P(j)$$

Diante de (7) e da análise aventada, pelo menos à primeira vista, parece que as ambas as leituras, referencial e predicativa, podem ser acomodadas na “entrada lexical descritiva” além de capturar a interpretação dos exemplos em (6). Em adição a isso, a visão descritiva parece ainda dar conta de explicar a ambiguidade expressa nas leituras *de dicto* e *de re* dos exemplos em (8).

- (8) a. Noé nunca existiu.
b. Papai Noel não existe.

Como mencionado, as sentenças em (8) podem disparar tanto uma leitura *de dicto* quanto uma leitura *de re*. Na leitura *de re*, o que se nega é a existência da referência, ou seja, a EXTENSÃO dos nomes *Noé* e *Papai Noel* no mundo real é vazia, ou seja, esses indivíduos não fazem parte do mundo real. Por outro lado, na leitura *de dicto* – que neste trabalho quer dizer “o conjunto de propriedades associado a um antropônimo” – o que (6a) nega é a existência de um dado conjunto de propriedades (tais como construir a Arca) associado a um indivíduo no mundo real, ou seja, o indivíduo *Noé* pode até ter existido (como referência), mas o *Noé* (como descrito na Bíblia) nunca existiu.

O mesmo vale para *Papai Noel* em (6b). Ainda que fosse possível apontar no mundo uma referência para *Papai Noel* (por exemplo, o São Nicolau), o que se nega são as propriedades associadas a ele, tais como ter um trenó puxado por renas, entregar presentes na noite de 24 de dezembro, entrar nas casas pela chaminé etc. Sob essa perspectiva, a ambiguidade dessas (e de outras) sentenças não pode ser explicada dispondo apenas da visão referencial e/ou da visão predicativa. Pondo de lado esses casos, tampouco os dados em (9) parecem ser acomodados nas outras duas visões.

- (9) a. Pedro vai ser Harry Potter na peça da escola este ano.
b. Não acredito que ele fez tudo isso por mim, o João não existe!

Quanto aos casos em (9), eles não são ambíguos. Sendo um personagem literário, *Harry Potter* não tem referência no mundo real, assim, o que (9a) quer dizer é que, na peça de teatro da escola, Pedro vai assumir o conjunto de propriedades que se associa a Harry Potter – inclusive “ser chamado de Harry Potter”. Naturalmente, alguém poderia sugerir que essa leitura só é possível, pois *Harry Potter* tem referência vazia no mundo real. Todavia, essa mesma interpretação está plenamente disponível para uma sentença em que o “personagem” tem referência no mundo real, como em “Deborah Secco vai ser Bruna Surfistinha nas telonas”. Portanto, a leitura que associa um conjunto

de propriedades a uma constante no mundo real independe de essa constante ter ou não uma referência nesse mesmo mundo.

Por sua vez, para um caso como (9b), imagine-se um cenário em que João tenha preparado uma grande festa surpresa de aniversário para Maria, com todos seus amigos e familiares, seus doces preferidos e sua banda preferida para animar a festa. Depois da surpresa, Maria emocionada profere (9b). Deixando de lado os elementos “implicados” (no sentido griceano) para interpretar essa sentença, semanticamente, (9b) não diz que não há um indivíduo que se chame “João” ou que a pessoa de carne e osso com esse nome não existe, o que a sentença significa é que um certo conjunto de propriedades (tal como ser capaz de organizar tal festa surpresa) associado a um indivíduo não “faz parte do mundo real”, ou seja, a incredulidade de Maria jaz na observação de que um certo conjunto de propriedades se associe a um indivíduo que existe. Finalmente, um último argumento em favor da hipótese de que os nomes próprios não designam “diretamente” sua referência (no sentido kaplaniano), vem dos exemplos em (10).

- (10) a. Mary Jane sabe que o Homem Aranha combate os vilões de Nova Iorque.
b. Mary Jane sabe que Peter Parker combate os vilões de Nova Iorque.

A partir de (10) e assumindo que *Homem Aranha* e *Peter Parker* tomam a mesma referência no mundo, não há acarretamento de (a) para (b), e esses antropônimos não veiculam o mesmo “sentido” (na acepção fregeana), isto é, Mary Jane associa um dado conjunto de propriedades ao antropônimo *Homem Aranha*, que é diferente do conjunto de propriedades que ela associa a *Peter Parker*.

Dadas essas considerações, este artigo advoga em favor (também) de uma visão descritiva para os antropônimos – na acepção desenvolvida nesta seção. Contudo, como discutido a seguir, as três “visões” abordadas não são mutuamente excludentes; pelo contrário, elas são complementares e não se sobrepõem, isto é, como mostrado em § 2 e § 3, a ideia de que há uma única entrada lexical para os antropônimos é inoperável independentemente da “visão” assumida. Assim, em vez de “visão”, como argumento a seguir, faz mais sentido falar em leituras referencial, predicativa e descritiva.

2 Problemas sintáticos

Em § 1, mostrou-se que os antropônimos podem disparar, pelo menos, três tipos de leitura, a saber, referencial (o indivíduo com o nome x), predicativa (o predicado *ter o nome x*) e descritiva (o conjunto de propriedades associado

ao nome x). Diante dessa conclusão, a pergunta que se coloca, então, é a de qual é a entrada lexical para um dado antropônimo, ou seja, como os nomes próprios estão armazenados no léxico mental dos falantes. Uma resposta automática para essa pergunta parece ser a de que o léxico de um falante do PB, por exemplo, contém itens como [João]_N, [Maria]_N, [Pedro]_N etc. e que esses itens, sendo nomes, estão etiquetados com a categoria N (de “nominal”) e que, por conta disso, vão ocupar certas posições na sintaxe.

Do ponto de vista teórico, isso quer dizer que a leitura de um antropônimo é dada, de antemão, pela entrada lexical e, na sintaxe, tal leitura vai ser *licenciada*. Mesmo sem explorar, com profundidade, as consequências *teóricas* dessa análise, diante das leituras possíveis para os antropônimos (mostradas em § 1), não se poderia explicar, de maneira uniforme, como as mesmas entradas lexicais poderiam assumir diferentes pareamentos sintático-semânticos.

Especificamente, as leituras referencial, predicativa e descritiva não são redutíveis a um único item lexical (nesse caso, a uma mesma forma lógica que acomoda todos os seus usos). Do ponto de vista teórico, a análise de que os antropônimos são expressões referenciais (tipo <e>), predicados (tipo <e, t>) ou ainda quantificadores generalizados (tipo <<e, t> t>) (CANN, 1993) contingencia um certo tipo de tratamento que acarreta consequências sintáticas de uma maneira não trivial, que tem a ver, por exemplo, com o tipo de constituinte com que um antropônimo pode se combinar. Além disso, não é verdade que todas as leituras semânticas podem ser acomodadas em uma única entrada lexical, independentemente de qual seja, como mostram os exemplos em (11).

102

- (11) a. – Hoje eu encontrei o João.
– Que João? O João João?
(✓ referencial, *predicativa, *descritiva)
- b. Fulano quer ver você.
(✓ referencial, *predicativa, *descritiva)
- c. Me chamo “João”.
(*referencial, ✓ predicativa, *descritiva)
- d. Nenhum Paulo é honesto.
(*referencial, ✓ predicativa, *descritiva)
- e. O Carlos é mesmo um Silva.
(*referencial, *predicativa, ✓ descritiva)
- f. O João não existe.
(*referencial, *predicativa, ✓ descritiva)

A boa formação – bem como a naturalidade – dos exemplos em (11) mostra que não pode haver uma entrada lexical única para os antropônimos,

porque a despeito de essas expressões serem ambíguas em alguns casos (como nas leituras *de dicto* e *de re*) ou serem possivelmente acomodadas nas três “visões” (como o exemplo *este é o João*), os casos em (11) mostram que o ambiente sintático é parte fundamental da construção da interpretação preterida, pois os nomes sublinhados veiculam uma única leitura.

No diálogo em (11a), apesar de haver três ocorrências do mesmo antropônimo, a análise é que cada uma delas dispara uma leitura diferente que pode ser parafraseada da seguinte forma: “(você encontrou) qual indivíduo com o nome João? O indivíduo João a quem nós associamos as propriedades x , associadas a João?”. Dito de outra forma: (11a) significa: qual $x_{\langle e, t \rangle}$? O $x_{\langle e \rangle}$ = $x_{\langle e, t \rangle}$? Independentemente da paráfrase, mesmo que alguém possa chegar à outra interpretação, ainda assim, haveria evidência *distribucional* de que, pelo menos, uma das ocorrências de *João* tem que estar fazendo referência ao indivíduo no mundo. Nesse sentido, o mesmo raciocínio de distribuição se aplica a (6b) com *lá vai o João da Silva dando uma de João da Silva*. As duas ocorrências do antropônimo não podem veicular o mesmo sentido (na acepção fregeana). O exemplo em (11b) é mais bem explorado em § 3, por ora, é suficiente mostrar que predicados do tipo *fulano*, *ciclano* e *beltrano* são predicados metalinguísticos e genéricos e, portanto, não podem fazer referência a um nome específico ou a um conjunto de propriedades associado a um nome. A ideia é que *fulano* em (11b) aponta um indivíduo no mundo de quem não se sabe o nome e de quem não se conhece nenhuma propriedade.

Quanto a (11c) e (11d), em se tratando de um predicado de nomeação e de um item sob o escopo de um quantificador respectivamente, apenas a leitura metalinguística está disponível. Acerca de (11e), a única interpretação disponível para *Silva* é a de que esse antropônimo se refere a um conjunto de propriedades associado aos indivíduos que carregam esse (sobre)nome. O raciocínio subjacente ao argumento distribucional se aplica também nesse caso – em relação à interpretação de *João*. Por fim, no mesmo contexto de (9b), (11f) só pode estar fazendo referência a um conjunto de propriedades, não ao sujeito de carne e osso que organizou a festa (porque ele existe) ou à existência de alguém que tem o nome “João”.

Dadas essas considerações, do ponto de vista teórico, se, por um lado, a postulação de uma dada entrada determinaria sintaticamente os constituintes com que ela pode se combinar; por outro, semanticamente, ela deveria oferecer uma forma lógica uniforme que gerasse os resultados corretos – contrariamente a (11). Não apenas isso, como mostrado em § 3, esse tipo de análise vai se mostrar completamente inoperável do ponto de vista morfológico.

Naturalmente, alguém sempre pode sugerir que se está diante de diferentes itens lexicais. No entanto, obviamente, a análise de que há três entradas lexicais para *João* (o que configuraria homonímia) vai convencer

poucos. Mesmo que fosse possível atribuir todas as três leituras a um único item lexical, o problema da homonímia permaneceria no sentido de que é possível formar nomes próprios a partir de itens já existentes na língua, como pode ser visto em (12).

- (12) a. Júlio
- b. Junior
- c. Inocência
- d. Rosa
- e. Branca
- f. Preta
- g. Linda
- h. Esmeralda
- i. Vitória
- j. Aparecida
- k. Socorro
- l. Bárbara

Obviamente, os exemplos em (12) não constituem uma lista exaustiva, já que é possível batizar um indivíduo, a rigor, com *qualquer nome*. Nessa perspectiva, mesmo que fosse possível atribuir as diferentes leituras antroponímicas a um único item lexical, essa análise ainda contingenciaria a proposta de outras entradas lexicais, homônimas, para quando esses itens não fossem nomes próprios, mas nomes (ou adjetivos) comuns.

104

Pondo de lado esses casos, além das diferentes leituras, existem ainda restrições sintáticas sistematicamente distribuídas a depender da interpretação. Para dar apenas um exemplo, no PB (como em alguns dialetos do italiano e do alemão), os antropônimos podem opcionalmente ocorrer com o artigo definido singular, como pode ser observado em (13). Porém, apesar de essa opcionalidade estar disponível para a leitura referencial, ela não se verifica para as leituras predicativa e descritiva, como pode ser visto em (14) – avaliando (14b) no mesmo contexto de (9b).

- (13) a. Carlos saiu / O Carlos saiu.
- b. Maria chegou / A Maria chegou.
- (14) a. Meu nome é Pedro / *Meu nome é o Pedro.
- b. O João não existe / *João não existe.

Independentemente do recurso teórico empregado⁶ para explicar a boa formação dos pares de sentenças em (13), com ou sem artigo, esse mesmo mecanismo deve dar conta de restringir a ocorrência do artigo com a leitura predicativa (MATUSHANSKY, 2008), mas impor sua ocorrência na leitura descritiva. Em adição a esses casos, mesmo na leitura referencial, não são todos os ambientes sintáticos que permitem a ocorrência opcional do artigo definido singular, como é o caso do vocativo ilustrado em (15). Além disso, nem todos os determinantes produzem o mesmo efeito sintático e/ou semântico, como pode ser visto para os casos em (16), em que, assim como em (11c-d), apenas a leitura predicativa está disponível.

(15) a. Ana, vem cá! / *A Ana, vem cá!

b. Meu Deus, que dia! *O meu Deus, que dia!

(16) a. Esse João é mais alto que aquele.

b. O meu Pedro é mais carinhoso que o Pedro da Ana.

Discutir a estrutura sintática subjacente às formas de vocativo iria muito além dos propósitos deste artigo – mas cf. Hill (2007). Ainda assim, é razoável supor que a leitura de vocativo esteja relacionada a um elemento referencial, ao qual vai ser atribuído um PAPEL DISCURSIVO DE OUVINTE (HILL, 2007). Vale notar que ainda que o “ouvinte” seja uma entidade abstrata (*oh céus*), é preciso supor que este seja tangível como referência. Seja como for, o ponto relevante é o de que se, por um lado, certos ambientes sintáticos contingenciam uma dada leitura, como em (11) e (16)⁷; por outro, certas leituras impõem certas restrições sintáticas – como em (14) e (15). Portanto, para ambas as condições, não é possível sustentar que a interpretação de um antropônimo esteja pré-determinada.

Dadas essas considerações, na esteira de Saab & Lo Guercio (2019), Resende & Santana (2019) e Resende (2020), este trabalho defende que os nomes próprios não são primitivos sintáticos e, além disso, que não há nenhuma leitura antroponímica *a priori*. Em vez disso, este estudo defende que todos os nomes próprios – bem como todos os vocábulos da língua – são formados na sintaxe e que todas as leituras semânticas são geradas *a partir* da estrutura sintática, determinadas e restringidas por ela.

Portanto, assumindo a teoria da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993, 1994, e trabalhos subsequentes), este estudo defende

6 É possível sugerir que o antropônimo é um item referencial (tipo <e>) e que o determinante, quando aparece, é EXPLETIVO (LONGOBARDI, 1994) ou alternativamente que antropônimos são predicados (tipo <e, t>) que podem ocorrer tanto com um determinante realizado, como *o/a*, quanto com um determinante nulo \emptyset (FERREIRA, 2018) – cf. também Cann (1993) para uma análise que trata os nomes próprios como quantificadores generalizados (tipo <<e, t> t>).

7 Cf. Longobardi (1994) para discussão e análise de casos como (16b) no italiano.

que não há entradas lexicais antroponímicas, mas sim raízes desprovidas de categoria e igualmente feixes de traços sintático-semânticos abstratos: primitivos estruturais de qualquer tamanho – palavras, sintagmas e sentenças. Nessa perspectiva, a formação das formas antroponímicas parte de raízes como $\sqrt{\text{JOAN}}$, $\sqrt{\text{PEDR}}$, $\sqrt{\text{CARL}}$ etc. bem como das raízes $\sqrt{\text{ESMERALD}}$, $\sqrt{\text{BARBAR}}$ e $\sqrt{\text{LIND}}$ etc., as mesmas usadas para formar nomes comuns, como explicitado em (12).

Nessa análise, não há homonímia em nenhum dos casos. O que há são raízes que recebem sua interpretação a depender do ambiente sintático em que aparecem – o que configura um tratamento em termos da ALOSSEMIA das raízes, conforme proposto por Saab & Lo Guercio (2019). O mesmo contexto estrutural vai restringir e/ou licenciar as diferentes propriedades sintáticas observadas nas diferentes leituras. No bojo dessas considerações, partindo da visão alossêmica, o presente artigo explora a forma como as leituras referencial, predicativa e descritiva podem ser capturadas nessa análise.

Saab & Lo Guercio (2019), por exemplo, propõem que a leitura referencial seja derivada do traço [HUMANO]⁸ alocado em n^o, o morfema nominalizador responsável por transformar em nome raízes e outras estruturas maiores. Partindo dessa ideia, Resende (2020, p. 231) propõe o ALGORITMO DE INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL, dado em (17)⁹.

(17) ALGORITMO DA INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL:

Se o traço [HUMANO] c-comanda α , então α é referencial.

106

Segundo o autor, o algoritmo em (17) captura não apenas a leitura referencial, que pode ser associada a raízes como $\sqrt{\text{PEDR}}$ e $\sqrt{\text{BRANC}}$, mas também a casos em que o nome próprio é composto, desde *João Vitor*, *Homem Aranha* e *Branca de Neve* a casos mais extremos, tais como *Restos Mortais de Catarina*, *Rolando de Alto Abaixo da Escada*, entre outros nomes incomuns, levantados por Monteiro (2002), que são compostos por outros elementos sintáticos, ainda que sejam interpretados não composicionalmente, ou seja, independentemente do “tamanho” do antropônimo, qualquer estrutura abaixo do traço [HUMANO] alocado em n^o (isto é, α), é interpretada como parte do antropônimo. Assim sendo, expandindo a proposta de Resende (2020), a

8 Da maneira como apresentado, [HUMANO] é um traço *gramatical* e não tem relação direta ou necessária com a propriedade *lexical* de “ser humano”. A investigação desse problema é de muita importância, mas é ortogonal à presente discussão; portanto, aguarda pesquisas futuras.

9 É preciso mencionar que, diferentemente da proposta original de Saab & Lo Guercio, que propõem um traço [HUMANO] privativo, Resende (2020) – seguindo Resende & Santana (2019) – propõe que esse traço seja binário, isto é, [\pm HUMANO]. Essa divisão é adotada para dar conta das diferenças sintáticas entre os antropônimos ([+HUMANO]) e os topônimos ([–HUMANO]). Como este estudo se detém nos antropônimos, essa divisão não é explorada, e nada da presente análise depende crucialmente dessa escolha.

presença desse traço pode ser motivada para além do domínio nominal, ou seja, em outros contextos que não n°, com leitura referencial, como é o caso dos adjetivos em (18) e (19).

- (18) a. A obra shakespeariana (= a obra de Shakespeare).
 - b. A concha larsoniana (= a concha de Larson).
 - c. A sociolinguística laboviana (= a sociolinguística de Labov).
 - d. A vertente chomskyana (= a vertente de Chomsky).
-
- (19) a. Um amor platônico (= *um amor de Platão).
 - b. A função cicerone (= *a função de Cícero)
 - c. Um indivíduo daltônico (= *um indivíduo de Dalton)
 - d. Um ato adâmico (= *um ato de Adão).

Acerca dos dados em (18) e (19), o argumento se constrói na observação de que há certos adjetivos que estão *morfologicamente*, mas não *semanticamente*, relacionados aos antropônimos correspondentes, isto é, ao passo que os adjetivos em (18) têm uma leitura referencial, da mesma forma que suas contrapartes nominais – ambos se referem a um indivíduo – os adjetivos em (19) têm uma leitura descritiva, em relação ao nome próprio correlato. Logo, independentemente da interpretação que um dado item lexical antroponímico contenha, não seria possível explicar por que certos adjetivos derivados têm (apenas) uma leitura descritiva, mas outros, uma leitura referencial. Naturalmente, alguém sempre pode sugerir que os adjetivos em (19) constituem entradas lexicais independentes dos nomes próprios dos quais elas deveriam derivar. No entanto, além do problema (teórico) óbvio da homonímia, que incha o léxico, dado o número de objetos que devem ser listados, três problemas emergem.

O primeiro deles é que, embora muitos falantes possam não associar esses adjetivos aos indivíduos designados por suas contrapartes nominais, da mesma forma que (18), deve ter havido, pelo menos, algum falante para quem essa relação semântica era observável, já que um *amor platônico* é um tipo de amor idealizado, da forma como descrito na obra de Platão; já um *cicerone* é uma espécie de guia turístico, como caracterizado por Cícero; *daltônico* é o indivíduo que tem uma anomalia na percepção das cores, primeiramente descoberta por um químico chamado *John Dalton*; por fim, *adâmico* tem o sentido de “originário”, fazendo alusão ao indivíduo *Adão*, o primeiro homem do mundo, segundo a Bíblia.

Isolando qualquer fator diacrônico, sincronicamente, esses adjetivos poderiam ser caracterizados como leituras descritivas associadas aos indivíduos com esse nome. Seja como for, mesmo que não fosse possível recuperar (totalmente) a associação semântica, a associação morfológica é transparente,

e algum mecanismo (forçosamente uma REGRA DE REDUNDÂNCIA LEXICAL) deveria dar conta de como e por que os falantes relacionam essas formas. Outros casos seriam *chacrete*, que faz referência ao indivíduo *Chacrinha*, diferentemente de *lazarento*, adjetivo pejorativo que (originalmente) remete a *Lázaro*, o leproso da Bíblia, mas que sincronicamente poderia ser tratado como uma instância de uma leitura descritiva. Adicionalmente, a palavra *jesuíta* faz referência não a *Jesus*, mas à *Companhia de Jesus*.

Na análise sendo desenvolvida neste artigo, todas essas relações são diretamente capturadas por meio de um mecanismo bastante simples: há uma única raiz que se concatena a um núcleo categorizador n^o ou a^o,¹⁰ e o traço [HUMANO], independentemente do núcleo que o alberga remete ao indivíduo; por consequência, na ausência desse traço, a leitura referencial não está disponível – cf. § 3 para refinamentos. Adicionalmente a esses casos, o argumento empírico derradeiro para sustentar a hipótese de que a leitura referencial é mais bem codificada em termos de um traço, que pode ou não aparecer no contexto de uma derivação, independentemente da categoria, vem de uma outra classe de adjetivos, como ilustrado nos exemplos em (20).

- (20) a. A destruição romana de Cartago (= pelos romanos).
b. A conquista norte-americana do Espaço (= pelos norte-americanos).

- (21) a. A comida brasileira (= *(feita) pelos brasileiros).
b. A moeda norte-americana (= *(feita) pelos norte-americanos).

108

Picallo (1991) argumenta que certos adjetivos, que ela chama de “referenciais” (p. 313), são licenciados pelas nominalizações eventivas que, com uma estrutura de evento, licenciam a interpretação desses adjetivos como agentes. Reinterpretando a discussão de Picallo à luz dos presentes propósitos, é possível argumentar que a possibilidade mesma de um adjetivo pátrio ora ter uma interpretação referencial, como em (20), ora ter uma interpretação predicativa (como “ser do país x”), como em (21), pode ser capturada por uma análise que permite que o traço [HUMANO] ocorra em algumas derivações adjetivais (quando requerido por uma nominalização eventiva, por exemplo), mas não em outras.

Em uma análise que defende que os adjetivos pátrios são formados de entradas lexicais nominais toponímicas, [Brasil]_N → [brasileiro]_A, essa generalização não pode ser capturada, a menos que se postulem duas entradas para *Brasil* e/ou *brasileiro*. Além disso, mais uma vez, independentemente da entrada lexical dada como “primitiva”, há outras expressões com leitura

10 Alguns verbos “poéticos”, como *caetanear* e *djavanear*, sugerem que o traço [humano] talvez possa também ser alocado no núcleo v^o, formador de verbos.

M. RESENDE
Nomes próprios
não são primitivos
da sintaxe (ou
do léxico): uma
proposta de como
dar nome(s) às
estruturas.

descritiva (na acepção desenvolvida neste artigo) desses adjetivos pátrios que aparece em *montanha russa, jeitinho brasileiro, chave inglesa, pão francês, soco inglês, sonho americano, batata inglesa, negócio da China* e ainda *fazer a egípcia, sair à francesa, para inglês ver*, que não fazem referência ao lugar de origem (denotado pela referência), do qual esses adjetivos deveriam derivar.

3 Problemas morfológicos.

Em § 1, foi mostrado que os antropônimos podem veicular três leituras semânticas não redutíveis a uma única forma lógica, qualquer que ela seja. Em § 2, mostrou-se que as diferentes interpretações são derivadas da sintaxe, e a menos que se esteja disposto a inchar o léxico com um grande número de entradas lexicais homônimas e, ainda, com regras de redundância lexical, que permitem associar morfológicamente esses diferentes itens, não há como explicar um grande número de regularidades, tampouco é possível fazer previsões ou generalizações a respeito dos antropônimos.

Portanto, há evidências empíricas robustas para defender, no que tange aos nomes próprios, que as palavras não são formadas antes da sintaxe, ou seja, no léxico. Por sua vez, esta seção apresenta alguns fenômenos morfológicos para argumentar que também não é possível sustentar que os antropônimos são atômicos, ou seja, primitivos – o que oferece um argumento certo contra as abordagens de morfologia baseadas em palavra.

Em (12), foi mostrada uma lista de exemplos de nomes e adjetivos comuns que também são nomes próprios usuais no PB. Complementarmente há também uma série de nomes e adjetivos comuns que são compostos pelo que se está chamando de “raízes antroponímicas” e que, pelo menos a princípio, nada têm a ver com o nome em si ou com algum indivíduo que recebe esse nome. Exemplos em (22) e (23).

109

- (22) a. maria-vai-com-as-outras
c. maria-chuteira
d. maria-gasolina
e. maria-mijona
f. zé-gotinha
g. zé-droguinha
h. zé-ruela
i. zé-ninguém
j. zé-mané
k. joão-ninguém
l. patricinha
m. mauricinho
n. don juan

- o. caxias
- p. ricardão

- (23) a. banho-maria (= procedimento culinário).
b. maria-mole (= doce caseiro).
c. maria-fumaça (= trem).
d. joão-bobo (= brinquedo infantil).
e. chico balanceado (= doce caseiro).
f. romeu-e-julieta (= doce de festa).
g. joaninha (= inseto).

- (24) a. casa da mãe Joana.
b. onde o Judas perdeu as botas.
c. dar à Elza.
d. será o Benedito?
e. e agora, José?

A primeira observação a respeito dos dados em (22) é a de que os antropônimos não parecem estar fazendo referência a nenhum indivíduo tampouco ao predicado de ter tal nome. Naturalmente, *caxias* – como em *João é muito caxias* (= certinho) – de mesma forma que *Don Juan*, o doce de festa *romeu-e-julieta* e as expressões em (24), podem ser instâncias do uso atributivo desses antropônimos. Seja como for, nos demais casos, não parece haver nenhuma contribuição *semântica* por parte dos nomes próprios – apenas morfológica (ou seja, a forma). Isso quer dizer que um modelo que defende a existência de itens lexicais primitivos não tem meios para acomodar esses casos, exceto listá-los como entradas lexicais independentes.

Diferentemente, a proposta defendida neste artigo argumenta que há apenas uma única raiz para *Maria*, *João*, *Judas* etc. e que a leitura semântica é derivada do ambiente estrutural em que a raiz aparece – da maneira formalizada a seguir. Na visão alossêmica das raízes, não há um significado anterior à estrutura sintática. Assim, nada impede que raízes antroponímicas se juntem com outras raízes ou com outras estruturas para formar objetos linguísticos que nada têm a ver com as leituras associadas aos nomes próprios.

Pondo de lado esses casos, para além de não ser possível sustentar empiricamente que os antropônimos têm uma sintaxe ou uma semântica pré-determinada (por exemplo, no léxico), há ainda problemas morfológicos que endossam a tese de que esses itens não são primitivos nem do ponto de vista de sua estrutura vocabular interna. Monteiro (2002) e Resende (2020), por exemplo, observam que os processos morfológicos para formar antropônimos são fundamentalmente os mesmos usados para formar outras palavras da língua, como atestam os exemplos em (25).

- (25) a. Setembro / Setembrino.
b. Angélica / angelical.
c. Tereza / Terezinha.
d. Claudionor (= Claudio + Leonor).
e. Jomar (= José + Maria).
f. Silvanir (= Sílvio + Nair).

Os exemplos em (25) compõem uma amostra muito pequena de casos em que o PB usa a sufixação e o cruzamento vocabular (*'blending'*) para cunhar novos nomes próprios. Ainda assim, essa amostra é suficiente para mostrar o ponto preterido. Em um modelo lexicalista, o repositório de itens de um falante do PB deveria ter armazenado o item [setembro]_N, para o mês do ano. Por hipótese, para obter [Setembrino]_N, o modelo teria duas opções: ou listar *Setembrino* como uma entrada separada ou derivá-la por uma regra morfológica do PB que adiciona o sufixo *-in-* à base (ou palavra) *setembro* – o mesmo visto no par *pequeno/pequenino*, por exemplo.

Nesse caso, assumindo que o sufixo *-in-* não altera a categoria da base (isto é, $\alpha_N + \beta \rightarrow [[\alpha_N] \beta]_N$), não há como impedir que o nome *Setembrino* não faça referência ao mês. Novamente, a única forma de não gerar esse resultado é listando duas entradas lexicais diferentes. O mesmo vale para *Angélica* ($\sqrt{\text{ANGEL-ic-a}}$); nesse mesmo esquema, não há como prever que um adjetivo formado a partir de um nome próprio veicule um significado que nada tem a ver com a leitura do nome próprio (seja ela qual for). Quanto a *Terezinha*, no modelo morfossemântico lexicalista, uma regra para formar esse nome a partir de *Tereza* contingenciaria a leitura de uma *Tereza pequena* (ou qualquer outro valor semântico que se possa atribuir ao sufixo de diminutivo), mas não o de algum (ou melhor, de outro) indivíduo chamado “Terezinha”.

Problema semelhante surgiria para o cruzamento vocabular; se houver no léxico [Cláudio]_N e [Leonor]_N, o que significaria cruzar tais itens lexicais? O cruzamento vocabular no PB normalmente forma elementos semânticos composicionalmente, como *chafé*, *namorado*, *mesversário*, mas *Claudionor*, *Jomar* e *Silvanir* não fazem referência à “soma” de suas partes no sentido semântico, apenas no sentido morfológico, isto é, não se está juntando dois nomes, em vez disso, está-se mesclando duas raízes e atribuindo a essa composição um único traço referencial (ou seja, [HUMANO]) da mesma forma que ocorre com nomes compostos como *José Maria* ou *Pedro Henrique*.

Adicionalmente, Resende (2020, p. 226) mostra que os topônimos não constituem entradas lexicais morfológicamente atômicas, pois “parte” desses itens são deixados de fora em algumas palavras derivadas, como é o caso de [São Paulo]_N da qual derivam [paulista]_A e [paulistano]_N, mas [são-paulino]_A; [Santa Catarina]_N deriva [catarinense]_A e [São José do Rio Preto]_A deriva [riopretense]_A, isto é, parte da identidade morfológica dos topônimos “atômicos”

é perdida em suas palavras derivadas, mas o fato de haver a forma *são-paulino* mostra que não há uma restrição morfológica que impede que *são-*apareça como prefixo em palavras derivadas. Além disso, dada a regularidade semântica *desses casos*, não há motivação para propor a existência de outra entrada lexical. Como mostram os exemplos em (26) e (27), isso também se observa nos antropônimos.

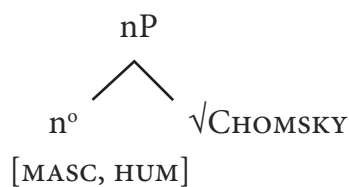
- (26) a. Jonas / Joninhas / *Jonãos (mas *Jonão*).
b. Marcos / Marquinhos / *Marcãos (mas *Marcão*).
c. Carlos / Carlinhos / *Carlãos (mas *Carlão*)
d. Lucas / Luquinhas / *Lucãos (mas *Lucão*)
e. Douglas / Douglinhas / *Douglãos (mas *Douglão*).
- (27) a. César / *Cesarinha (mas *Cesinha*) / *Cesarão (mas *Cesão*).
b. Junior / *Juniorinho (mas *Juninho*) / *Juniorão (mas *Junão*).
c. Robson / *Robsoninho (mas *Robinho*) / *Robsonão (mas *Robão*).

Os exemplos em (26) e (27) mantêm uma relação semântica composicional. O problema empírico subjacente a esses casos é a falta de identidade morfológica da forma antroponímica que deveria ser primitiva e atômica. No entanto, como mostram suas contrapartes derivadas, parte do antropônimo (*-s, -ar, -ior, -son*) se perde nas formas aumentativas em (26) e, também, nas formas diminutivas em (27). A menos que se postule uma regra morfolexical (ou fonológica) que apague esse material das palavras derivadas, não há como justificar a atonicidade de nomes como [Lucas]_N e [César]_N.

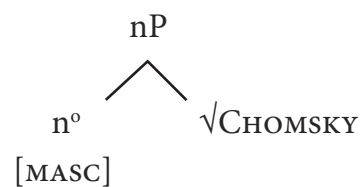
Na análise sendo desenvolvida, essa atonicidade não só não é justificada, como é negada: antropônimos são derivados de raízes e ao longo de sua derivação sintática, eles podem ou não se concatenar com outros morfemas (tais como *-s, -ar* etc.) a depender do contexto sintático em que ocorrem. Nesse cenário, para além dos problemas semânticos levantados em § 1 e sintáticos em § 2, os problemas morfológicos apresentados nesta seção depõem derradeiramente contra a atonicidade das formas antroponímicas anterior à sintaxe. Alternativamente, se os antropônimos forem derivados de raízes e traços, e sua leitura for determinada pós-sintaticamente, os problemas levantados se dissolvem. Para tanto, observem-se as estruturas em (28).

M. RESENDE
 Nomes próprios
 não são primitivos
 da sintaxe (ou
 do léxico): uma
 proposta de como
 dar nome(s) às
 estruturas.

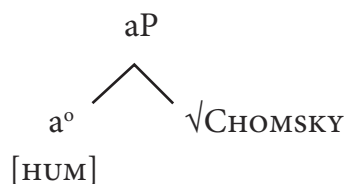
(28) a. Chomsky está aqui.



c. Nasce um novo Chomsky.



b. A vertente chomskyana.



As estruturas em (28) representam a ideia central deste artigo quanto à derivação *sintática* das formas antroponímicas, mas é preciso ficar claro que essas configurações sintáticas não são exclusivas a essas leituras, mas estão associadas a elas. Por exemplo, um adjetivo como *chomskyano* pode ter tanto uma leitura referencial quanto predicativa *a depender* de seus morfemas, traços etc.); o mesmo raciocínio se aplica a qualquer outra estrutura. O ponto da presente análise é justamente o de destacar a dinamicidade da formação das estruturas nominais e suas possíveis leituras.

Por questão de espaço e escopo, este trabalho não aborda questões adicionais sobre, por exemplo, quais outras propriedades (isto é, traços) n° tem. Dessa forma, seguindo Saab & Lo Guercio (2019) e Resende & Santana (2019), esta análise assume que n° deve albergar a informação de gênero. Evidência adicional para essa análise é oferecida por Santana (2019), que observa uma certa sistematicidade quanto à ocorrência da vogal temática que aparece com os antropônimos, a saber, *-a* e *-e* para nomes femininos (*Adriane, Jane, Mariane, Denise, Rafaele* etc.) e *-o* e \emptyset para nomes masculinos (*Adrian, Jean, Dênis, Rafael, Anderson* etc.).

Essa análise tem a vantagem de capturar uma generalização empírica importante sobre o português, que é a relação direta entre “ser nome” e “ter um gênero gramatical”. Quanto aos antropônimos, esse tratamento oferece mais uma evidência morfológica de que os antropônimos são armazenados em termos de raízes, a saber, a possibilidade de dispor de uma única raiz como $\sqrt{\text{MARCEL}}$ e formar *Marcel, Marcela, Marcelo* e *Marcele*, lançando mão apenas das informações temáticas e de gênero gramatical, em vez de ser levado a propor um item lexical distinto para cada um desses antropônimos – da mesma forma que nomes como *Darcy, Clari* etc. que podem designar tanto homens quanto mulheres, sem que haja alterações morfofonológicas.

Voltando aos exemplos em (28), apenas com a raiz $\sqrt{\text{CHOMSKY}}$ é possível gerar a leitura referencial de *Chomsky*, tanto para o nome em (28a) – o indivíduo no mundo – quanto para o adjetivo em (28b) – a propriedade de remeter ao indivíduo – e ainda gerar a leitura descritiva em (28c) – um indivíduo que tem propriedades que se associam ao nome “Chomsky”. A estrutura (28b) é a mesma que subjaz aos “adjetivos referenciais” de Picallo (1991), exemplificados em (20). A análise para esse caso é a de que uma nominalização eventiva, como *destruição*, só licencia a leitura de agente para adjetivos que contiverem o traço [HUMANO] em sua composição.

Pondo de lado esses casos, se toda interpretação (independentemente da categoria) é derivada do traço [HUMANO], a pergunta, então, é como determinar contextualmente as leituras predicativa e descritiva e, especificamente, como diferenciá-las entre si. Dito de outra forma: como a gramática sabe quando interpretar uma estrutura antroponímica como predicativa ou descritiva, levando em conta apenas a sintaxe. Como mostrado em (4) e (11), a leitura predicativa (ou metalinguística), parafraseável por “ter o nome x” está restrita a um conjunto de contextos estruturais, como ocorrer com um predicado de nomeação (*me chamo “João”*), estar no escopo de um quantificador (*nenhum Pedro é engraçado*) e ocorrer com morfema de plural (*as Helenas de Manuel Carlos*).

Para além dos exemplos já discutidos em (4) e (11c-d), como adiantado em § 2, evidência sintática adicional para essa análise vem dos vocábulos *fulano*, *ciclano* e *beltrano*. No PB, *fulano* é usado para se referir a um indivíduo de quem não se sabe ou não se lembra o nome; distribucionalmente, *ciclano* é usado nas mesmas condições, mas este deve ter um nome diferentemente do primeiro e *beltrano*, no mesmo contexto, deve ter um nome diferente dos dois primeiros.

Como defendido em § 2, a própria descrição dos empregos de “fulano” revela que só a leitura referencial está disponível, o que é bastante plausível, já que não faz sentido querer fazer referência a um predicado “ter o nome x” se não se sabe qual é o “nome x” ou ainda se referir a um conjunto de propriedades que se associa ao nome x se não se sabe qual é o x. Assim, o argumento sintático sendo construído é: se *fulano*, *ciclano* e *beltrano* não podem ter uma leitura predicativa, então, sua ocorrência nos contextos que determinam a leitura predicativa gera sentenças agramaticais, como mostra (29).

- (29) a. ??Meu nome é fulano.
b. ??Algum fulano é honesto.
c. ??Tem fulanos que não sabem o que querem.
d. ??Esse fulano é mais esperto do que aquele.

Como mostra (29a), *fulano* não pode aparecer no contexto de um predicado de nomeação, a menos que este seja efetivamente seu nome. O mesmo raciocínio vale para (29b), (29c) e (29d). Adicionalmente, convém observar que os predicados do tipo *fulano* não são equiparáveis semântica ou sintaticamente a itens como *alguém*, de quem também não se sabe o nome. Para além da restrição sintática que proíbe artigos (**o/*a alguém*), do ponto de vista de suas restrições semânticas, também há divergências. Como mostra (30), ao passo que com *fulano*, a referência se mantém a mesma, com *alguém*, parece-se estar falando de um outro indivíduo, ou seja, ainda que nos dois casos, não se sabe o nome do indivíduo, esses itens são *formalmente* distintos.

- (30) a. (O) *fulano*_(i) saiu de casa e aí, o *fulano*_(i/*j) morreu.
b. *Alguém*_(i) saiu de casa e aí, *alguém*_(i/*j) morreu.

Dadas essas considerações, a questão remanescente é como determinar os contextos de leitura descritiva e, então, capturar a generalização de que *fulano* etc. não pode veicular a leitura descritiva. Como pode ser notado em (6), (8), (9), (10) e (11e-f), diferentemente da leitura predicativa, os contextos estruturais que permitem a leitura de “um conjunto de propriedades” não formam uma classe bem definida; na verdade, para esse caso, seria mais adequado falar em contextos pragmáticos¹¹ e/ou enciclopédicos de licenciamento.

Esse movimento se dá por duas razões. Primeiramente, o falante deve conhecer o mundo e também as propriedades que são normalmente associadas aos indivíduos desse mundo; por exemplo, para interpretar *nasce um novo Chomsky em Nova Iorque*, o falante precisa conhecer, pelo menos, algumas das propriedades que normalmente se associam ao indivíduo Chomsky, por isso, a leitura descritiva é mais *pragmaticamente* bem formada como nomes “famosos”, de quem as propriedades são conhecidas. Assim, uma sentença como *nasce um novo John em Nova Iorque* tem uma interpretação menos óbvia, a menos que o falante disponha de algum conhecimento enciclopédico a respeito de algum *John* em particular. Do contrário, essa sentença terá uma leitura predicativa em razão da interpretação de que *um* é, nesse caso, um quantificador; isto é, nasceu em Nova Iorque algum (outro/novo) indivíduo que recebeu o nome “John”.

Além da relevância do conhecimento do mundo (o conteúdo enciclopédico), o licenciamento pragmático tem a ver com a ideia de que não basta conhecer um conjunto de propriedades associadas a um indivíduo com um nome *x*, é necessário saber também qual dessas propriedades é relevante (no sentido griceano) para interpretar a sentença. Em *nasce um novo Chomsky em Nova Iorque*, pode-se fazer referência a alguma propriedade (proeminente)

11 Cf. Saab & Lo Guercio (2019) para uma proposta diferente da apresentada neste trabalho, mas que se vale mais fortemente de noções pragmáticas para a interpretação dos nomes próprios.

diferente a depender de se está falando de Chomsky como linguista ou sociólogo, por exemplo. Além disso, há propriedades que se podem conhecer sobre o indivíduo, mas que não são relevantes para caracterizá-lo, como em *o João não existe, pois usa óculos*.

Essas considerações, à luz da Morfologia Distribuída, poderiam ser traduzidas nos seguintes termos: a leitura referencial é determinada morfológicamente (ou seja, por um traço na estrutura) e a leitura predicativa é determinada sintaticamente (isto é, a partir do contexto em que a estrutura antroponímica aparece); porém, a leitura descritiva é determinada pela Enciclopédia (o conhecimento de mundo). Nesse sentido, o raciocínio pode ser caracterizado informalmente da seguinte maneira: se a gramática não puder determinar o significado de um nome próprio a partir de algum traço, interpreta-o com base no seu ambiente sintático; se ainda assim, não for possível determinar sua leitura, a gramática recorre à ENCICLOPÉDIA (a Lista 3). Em termos mais formais, os mecanismos são (31) e (32)¹².

(31) INTERPRETAÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS:

Leitura referencial: α contém o traço [HUMANO] e $\alpha \in D_{\langle e \rangle}$.

Leitura predicativa: α está nos contextos γ e $\alpha \in D_{\langle e, t \rangle}$.

Leitura descritiva: demais ambientes.

(32) ALGORITMO DE INTERPRETAÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS:

Se α contém o traço [HUMANO], então α tem leitura referencial.

Se α ocorre em $[\alpha] \gamma$, então α tem leitura predicativa.

$/ \gamma = [_{QP}]$, [-SING], [_{SC}], [_{DP} -DEF].

Se α não é [HUMANO] e não ocorre em $[\alpha] \gamma$, então α tem leitura descritiva.

O algoritmo de interpretação dos nomes próprios em (32) dá conta de formalizar a análise defendida, e cada linha do algoritmo captura o raciocínio desenvolvido acerca de como a interpretação dos nomes próprios está “distribuída” pela gramática. Isso também recupera a constatação trivial de que a *primeira* interpretação de um nome próprio é a de que ele designa um indivíduo no mundo, e ainda que a leitura referencial e a predicativa (ou metalinguística) dependem mais de como a língua é do que de como o mundo é (à luz da MD, organizado na Enciclopédia). Assim, recorre-se ao conhecimento de mundo da Lista 3 *apenas* quando os recursos gramaticais não são suficientes para determinar a interpretação de uma estrutura antroponímica – um nome próprio.

12 “QP” vem de “sintagma quantificador” (*quantificational phrase*) e sinaliza quando um nome próprio aparece no contexto de um quantificador; [-SING] marca quando um nome aparece no plural; [-DEF] marca quando há um determinante não definido (*o/a*) e “SC” sinaliza uma estrutura de MINIORAÇÃO (*small clause*), que subjaz à estrutura de um predicado de nomeação (cf. MATUSHNAKY, 2008). Deve ficar claro, porém, que nada da presente proposta depende dessas análises ou dessa notação.

Estendendo essa proposta, é possível acomodar ainda casos como (22), (23) e (24) em que as raízes antroponímicas, a rigor, contribuem apenas morfológicamente para a construção dos nomes e adjetivos, isto é, em *banho-maria* ou *onde o Judas perdeu as botas*, por exemplo, não se atribuem leituras normalmente associadas aos antropônimos, porque estes não são contextos estruturais – morfológicos ou sintáticos – em que essas leituras são licenciadas; portanto, não há contribuição semântica, apenas morfológica, no sentido de que a gramática usa *as mesmas raízes* para derivar outras palavras e estruturas – tendo como exemplo mais óbvio os pares *Linda/linda* e *Júnior/júnior* (como em *empresa júnior*) e *Bárbara/bárbara* (em *uma noite bárbara*) etc. Quanto aos demais morfemas que aparecem nos nomes próprios, para além das vogais temáticas *-a*, *-e*, *-o* e \emptyset , os dados em (25) e (26) empregam *-ior* (por hipótese, o mesmo que aparece em *sen-ior*) e *-ar* (que aparece em *dol-ar* – cf. $\sqrt{\text{DOL-eir-o}}$).

4 Considerações finais

Este artigo apresentou e discutiu fenômenos morfológicos, sintáticos e semânticos que subjazem ao emprego dos antropônimos no PB. A presente análise argumentou que só é possível determinar a sintaxe e a semântica dessas formas *depois* da derivação sintática (opondo-se, assim, às abordagens lexicalistas). Além disso, o presente artigo defendeu que a derivação vocabular se dá a partir de raízes, e não de palavras (opondo-se, assim, às abordagens de morfologia baseadas em palavra). Alguns fenômenos sintáticos (a melhor forma de restringir e licenciar o uso dos determinantes, definidos ou não, com antropônimos) e semânticos (como qual é a função semântica – o *tipo* – que formaliza a leitura descritiva) permanecem em aberto e aguardam trabalhos futuros.

117

Referências

ABBOTT, Barbara. *Reference*. Oxford: Oxford, 2010.

CANN, Ronnie. *Formal semantics: an introduction*. Cambridge: Cambridge, 1993.

FERREIRA, Marcelo Barra. *Curso de semântica formal*. Berlin: Language sciences, 2018.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Algumas características centrais da Morfologia Distribuída. *Revista do GELNE*. Natal, v. 22, n.2, p. 418-429, 2020 [1994].

HILL, Virginia. Vocatives and the pragmatic-syntax interface. *Lingua*. North Holland, v. 117, p. 2077-2105, 2007.

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, v. 25, n. 4, p. 609-665, 1994.

MATUSHANKSY, Ora. On the linguistic complexity of proper names. *Linguistic and Philosophy*. v. 21, p. 573-627, 2008.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PICALLO, Maria Carme. Nominals and nominalizations in Catalan. *Probus*. Berlin, v. 3, n. 3, p. 279-316, 1991.

RESENDE, Maurício Sartori; SANTANA, Beatriz Pires. A relação entre raízes, gênero, classe e significado. *Revista da ABRALIN*. s. l., v. 18, n. 1, p. 2-55, 2019.

118 RESENDE, Maurício Sartori. Dando nome aos nomes: notas sobre a forma e o emprego dos nomes próprios. *Revista do GELNE*. Natal, v. 22, n.2, p. 220-234, 2020.

SAAB, Andrés. LO GUERCIO, Nicolás. No name: the alossemy view. *Studia Linguistica*. Oxford, v. 74, n. 1, p. 1-38, 2019.

SANTANA, Beatriz Pires. *Morfologia ornamental: as vogais temáticas do português brasileiro*. 2019. 337f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.